

**CAB Cuiabá S/A - Concessionária de
Serviços Públicos de Água e Esgoto**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do (passivo a descoberto)/patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone 55 (16) 3323-6650
Fax 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Acionistas da
CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras, a Companhia poderá necessitar de recursos financeiros próprios, de acionistas ou de terceiros para cumprir seus planos de investimentos, cuja captação pode ser afetada pela inclusão no processo do Ministério Público Federal da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal, sobre irregularidades cometidas em contratações com a Petrobrás, e em decorrência da homologação do plano de recuperação judicial ocorrido em 14 de setembro de 2015 da parte relacionada Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

As condições mencionadas acima, juntamente com outros assuntos, mencionados na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Companhia em relação a este assunto estão descritos também na nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal nos negócios e não incluem quaisquer ajustes caso a Companhia deixasse de operar. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ribeirão Preto, 24 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Cláudio José BIASON
Contador CRC 1SP144806/O-7

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.495	7.894	Fornecedores e outras contas a pagar	13	29.356	40.187
Outros investimentos	9	450	40.619	Empréstimos e financiamentos	14	15.940	4.743
Depósitos bancários vinculados		3.056	1.480	Debêntures	15	3.212	-
Contas a receber e outros recebíveis	10	39.203	38.184	Provisões e encargos trabalhistas		3.175	3.595
Estoques		2.545	3.478	Obrigações fiscais		1.292	494
Impostos e contribuições a recuperar		3.464	3.495				
Despesas antecipadas		293	123				
				Total do passivo circulante		52.975	49.019
Total do ativo circulante		55.506	95.273				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos			
Contas a receber e outros recebíveis	10	-	2.500		14	209.572	203.282
Depósitos judiciais		885	498	Debêntures	15	210.902	183.633
Impostos e contribuições a recuperar		401	1.426	Provisão para contingências	16	2.338	1.215
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	28.958	15.970				
				Total do passivo não circulante		422.812	388.130
Total do realizável a longo prazo		30.244	20.394				
Imobilizado				(Passivo a descoberto)/ patrimônio líquido			
Intangível				Capital social	17	55.035	55.035
	11	6.903	7.996	Prejuízos acumulados		(57.778)	(31.825)
	12	380.391	336.696				
				Total do (passivo a descoberto)/ patrimônio líquido		(2.743)	23.210
Total do ativo não circulante		417.538	365.086				
				Total do passivo		475.787	437.149
Total do ativo		473.044	460.359				
				Total do passivo e (passivo a descoberto)/ patrimônio líquido		473.044	460.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	21	202.029	207.350
Custo dos serviços prestados	22	<u>(138.678)</u>	<u>(144.118)</u>
Lucro bruto		<u>63.351</u>	<u>63.232</u>
Despesas operacionais			
Comerciais	22	(18.683)	(19.012)
Administrativas e gerais	22	(31.689)	(32.257)
Outras receitas líquidas		153	22
Outras despesas líquidas		<u>(322)</u>	<u>-</u>
		<u>(50.541)</u>	<u>(51.247)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>12.810</u>	<u>11.985</u>
Receitas financeiras	23	7.537	5.333
Despesas financeiras	23	<u>(59.288)</u>	<u>(45.742)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(51.751)</u>	<u>(40.409)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(38.941)</u>	<u>(28.424)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	<u>12.988</u>	<u>9.477</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u><u>(25.953)</u></u>	<u><u>(18.947)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Prejuízo líquido do exercício	<u>(25.953)</u>	<u>(18.947)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(25.953)</u></u>	<u><u>(18.947)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações das mutações do (passivo a descoberto)/ patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do (passivo a descoberto)/ patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014		<u>50.035</u>	<u>(12.878)</u>	<u>37.157</u>
Integralização de capital social		5.000	-	5.000
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>(18.947)</u>	<u>(18.947)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	17	55.035	(31.825)	23.210
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>(25.953)</u>	<u>(25.953)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17	<u><u>55.035</u></u>	<u><u>(57.778)</u></u>	<u><u>(2.743)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(25.953)	(18.947)
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.610	7.683
Depreciação e amortização	24.993	17.333
Resultado na venda de imobilizado	182	1
Provisão para contingências	1.123	981
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(12.988)	(9.477)
Juros sobre atualização clientes, outros investimentos e depósitos vinculados	(6.946)	(626)
Margem de intangível de concessão	(1.175)	(1.853)
Juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures	56.339	31.160
	<u>43.185</u>	<u>26.255</u>
Variações em:		
Aumento em contas a receber e outros recebíveis	(27)	(17.439)
Redução (aumento) em estoques	933	(657)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	1.056	(4.719)
Aumento em despesas antecipadas	(170)	(4)
Aumento em depósitos judiciais	(387)	(372)
(Redução) aumento em fornecedores e outras contas a pagar	(10.831)	13.998
(Redução) aumento em provisões e encargos trabalhistas	(420)	213
Aumento (redução) em obrigações fiscais	798	(1.207)
	<u>34.137</u>	<u>16.068</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais:		
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(11.353)	(27.227)
	<u>22.784</u>	<u>(11.159)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(1.048)	(2.038)
Aquisições de ativo intangível	(65.569)	(90.588)
Depósitos bancários vinculados	(1.232)	(1.480)
Outros investimentos	40.669	(39.697)
	<u>(27.180)</u>	<u>(133.803)</u>
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	6.574	279.562
Custo de transação relacionado a financiamentos	-	(3.273)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.577)	(310.045)
Debêntures emitidas	-	179.500
Integralização de capital social	-	5.000
	<u>2.997</u>	<u>150.744</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		
(Redução) aumento líquidos em caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.399)</u>	<u>5.782</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>7.894</u>	<u>2.112</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>6.495</u></u>	<u><u>7.894</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto - “Companhia constituída em 31 de janeiro de 2012 iniciou suas atividades em 18 de abril de 2012 com o propósito específico de prestação de serviços públicos de água e esgoto no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, e a prestação dos serviços suplementares, conforme definido no contrato de concessão firmado pela Companhia em 17 de fevereiro de 2012 com o Município de Cuiabá (Poder Concedente), decorrente da Concorrência Pública e irá operar o sistema até 2042.

A CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, localizada na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.196, no Município de Cuiabá- Estado de Mato Grosso, tem como objeto social a prestação de serviços públicos de saneamento básico de água e esgotamento sanitário, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos para o cumprimento das metas contratuais. O sucesso destes investimentos depende de aportes dos acionistas ou da captação de recursos junto a terceiros, a qual pode ser afetada pela inclusão no processo do Ministério Público da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) na investigação “Lava Jato” da Polícia Federal, sobre irregularidades cometidas em contratações com a Petrobrás, e obteve a homologação de seu plano de recuperação judicial em 14 de setembro de 2015 juntamente com a parte relacionada Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial). Uma das medidas para pagamento de credores apresentada no plano de recuperação judicial de ambas partes relacionadas é a alienação da participação societária da Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial) no capital social de empresas do Grupo e da participação societária da Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial) no capital social da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental. O edital de Oferta Pública de Alienação Judicial publicado em 12 de novembro de 2015 determinou a realização do pregão em 10 de dezembro de 2015. O leilão não se concretizou em função da falta de apresentação de propostas fechadas e, desta forma, a controladora da Companhia aguarda o despacho do juiz de direito sobre a realização ou não de nova oferta pública e mantém em andamento as negociações acerca das referidas alienações.

Diante deste cenário, a Companhia elaborou um plano alternativo com o intuito de dar continuidade operacional no próximo exercício, identificando os riscos relevantes e as medidas necessárias para minimizá-los, considerando o pressuposto de ausência de novos aportes de acionistas e a captação de recursos junto a terceiros. As principais ameaças estão atreladas aos compromissos inerentes dos contratos de concessão e a capacidade de liquidez no curto prazo. Abaixo são descritas as principais estratégias da Administração, baseada em julgamentos, estimativas e premissas que poderão divergir dos resultados reais:

- A projeção de investimentos prevista e inicialmente estimada em R\$ 90.000 deverá ser reduzida em aproximadamente 60%. Serão mantidos os recursos necessários para cumprimento de metas contratuais e o essencial para a manutenção das redes de tratamento de água e esgotamento sanitário e o atendimento ao crescimento vegetativo do município. Nestas circunstâncias, haverá desaceleração dos projetos de eficiência operacional, inovação e modernidade de gestão, pois a prioridade é a preservação do contrato existente. Tal alteração será negociada com o poder concedente.
- Postergação e renegociação das dívidas incluindo: (i) dispensa da constituição de depósitos bancários vinculados (conta reserva e pagamento) a algumas modalidades de financiamentos, ocasionando um aumento de caixa global estimado em até R\$ 26.130; e (ii) solicitação junto as instituições financeiras para carência de amortização de alguns empréstimos de longo prazo, protelando montante estimado em até R\$ 21.170. A Administração já iniciou as negociações junto às instituições financeiras.

A Companhia, baseada nas projeções futuras, entende que suas operações, atreladas às premissas acima mencionadas, serão suficientes para gerar caixa positivo e cumprir com todas as obrigações contratuais e financeiras do próximo exercício social, e que após a concretização do processo de alienação do capital da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, os novos acionistas viabilizarão os recursos necessários para retomada dos investimentos.

O exercício social da Companhia encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2016.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** - vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão;
- **Nota explicativa nº 16** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 20** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 19** - instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/ receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

(iii) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sobre contrato de concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

A Companhia é remunerada pelos usuários dos serviços públicos e portanto, a receita é determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 31 de dezembro de 2014 e aplicada até 31 de outubro de 2015 foi de 2,27%. A partir de 01 de novembro de 2015, mediante revisão do plano de negócio, a Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre atualização de clientes e de impostos a recuperar;
- juros sobre atualização de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos vinculados;
- descontos obtidos;
- seguro fiança, tarifas e comissões bancárias; e
- despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

(i) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia, porque o contrato de concessão não transfere o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo estes revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto nos contratos de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção e custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

(ii) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

I. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos da captação de recursos de terceiros são capitalizados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmio na Emissão de Títulos e Valores Imobiliários e CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortization* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 (R1)/ IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas; e
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 (R1)/ IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	-	7
Saldo bancário	6.006	2.452
Aplicações financeiras	489	5.435
Total	6.495	7.894

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a remuneração média anual foi de 10,23% (8,06% em 31 de dezembro de 2014), com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 19.

9 Outros investimentos

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 a rentabilidade média ao ano dos fundos de investimento foi de 9,73% (10,73% em 31 de dezembro de 2014). Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a outros investimentos estão incluídas na nota explicativa nº 19.

10 Contas a receber e outros recebíveis

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contas a receber		37.221	32.537
Adiantamentos		1.151	1.568
Partes relacionadas - operações mensais	24	195	4.079
Partes relacionadas - empréstimos a receber	24	-	2.500
Outros		636	-
Total		<u>39.203</u>	<u>40.684</u>
Ativo circulante		39.203	38.184
Ativo não circulante		-	2.500

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 19.

11 Imobilizado

Custo	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	1.282	492	1.221	6.200	9.195
Adições	510	449	574	505	2.038
Baixas	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.792	941	1.793	6.705	11.231
Adições	572	110	277	89	1.048
Baixas	-	(3)	(32)	(251)	(286)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.364</u>	<u>1.048</u>	<u>2.038</u>	<u>6.543</u>	<u>11.993</u>
Depreciação					
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(90)	(48)	(247)	(323)	(708)
Adições	(299)	(123)	(588)	(1.518)	(2.528)
Baixas	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(389)	(171)	(834)	(1.841)	(3.235)
Adições	(319)	(41)	(96)	(1.503)	(1.959)
Baixas	-	1	15	88	104
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(708)</u>	<u>(211)</u>	<u>(915)</u>	<u>(3.256)</u>	<u>(5.090)</u>
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2014	1.403	770	959	4.864	7.996
Em 31 de dezembro de 2015	1.656	837	1.123	3.287	6.903

Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2015.

Garantia

Em 31 de dezembro de 2015 o valor contábil dos bens do ativo imobilizado classificados como veículos dados como garantia de financiamento bancário na modalidade de Finame totalizam R\$ 5.404, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

12 Intangível

Custo	Intangível ICPC 01	Outorga concessão	Software	Total
	(R1) (i)	(ii)		
Saldo em 1º de janeiro de 2014	126.999	129.588	3.798	260.385
Adições	86.610	12.500	1.709	100.819
Saldo em 31 de dezembro de 2014	213.609	142.088	5.507	361.204
Adições	61.841	4.167	736	66.744
Transferências	-	-	(15)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	275.450	146.255	6.228	427.933
Amortização				
Saldo em 1º de janeiro de 2014	(3.012)	(5.913)	(778)	(9.703)
Adições	(9.592)	(4.313)	(900)	(14.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(12.604)	(10.226)	(1.678)	(24.508)
Adições	(16.908)	(4.955)	(1.171)	(23.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(29.512)	(15.181)	(2.849)	(47.542)
Valor líquido contábil				
Em 31 de dezembro de 2014	201.005	131.862	3.829	336.696
Em 31 de dezembro de 2015	245.938	131.074	3.379	380.391

(i) Intangível ICPC 01 (R1)

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2014		2015		
		Custo	Adições	Transferências	Baixa	Custo
Controle tecnológico	4,00	21.595	2.923	3.790	-	28.308
Máquinas, aparelhos e equipamentos	9,82	92.588	15.915	18.241	(161)	126.583
Rede de Água	4,55	68.013	28.435	6.465	-	102.913
Rede de Esgoto	4,00	12.352	758	1.119	-	14.229
Obras em andamento		18.655	13.630	(29.615)	-	2.670
Outros		406	341	-	-	747
Total		213.609	62.002	-	(161)	275.450

(*) Os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Outorga de concessão

Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão:

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2014	2015	
		Custo	Adição	Custo
Intangível	3,36	142.088	4.167	146.255

13 Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2015	2014
Fornecedores diversos		14.808	28.566
Partes relacionadas - operações mensais	24	12.920	10.425
Adiantamentos		302	170
Outras contas a pagar diversas		1.326	1.026
Total		29.356	40.187

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2015 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

A exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 19.

14 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, de mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 19.

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros	Vencimento	2015	2014
			médios a.a. (%)			
Finame			3,95	2016 a 2019	3.913	4.834
BNDES - partes relacionadas	24	TJLP	9,76	2016 a 2032	217.450	203.204
Conta corrente - partes relacionadas	24				7.167	3.260
(-) Custo de transação					(3.018)	(3.273)
Total					225.512	208.025
Passivo circulante					15.940	4.743
Passivo não circulante					209.572	203.282

A garantia do Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

As principais garantias do financiamento concedido pelo BNDES é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão e constituição de conta reserva com saldo não inferior a três prestações vincendas de amortização de principal e juros.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

<u>31 de dezembro de 2015</u>	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 201 Meses
Finame	3.913	1.122	1.122	1.055	614	-	-
BNDES - partes relacionadas	217.450	7.934	11.509	13.679	13.679	13.679	156.970
Conta corrente - partes relacionadas	7.167	7.167	-	-	-	-	-

<u>31 de dezembro de 2014</u>	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 213 Meses
Finame	4.834	1.071	1.075	1.080	1.013	595	-
BNDES - partes relacionadas	203.204	418	1.043	11.000	13.202	13.263	164.278
Conta corrente - partes relacionadas	3.260	3.260	-	-	-	-	-

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 3.273 de custos de transação, cujo saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 3.018 (R\$ 3.273 em 31 de dezembro de 2014). Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros do período, do contrato de financiamento é de 11,95% a.a. em 31 de dezembro de 2015 idêntico em 31 de dezembro de 2014.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

<u>31 de dezembro de 2015</u>	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 201 Meses
Financiamentos	3.018	283	270	263	255	246	1.701

<u>31 de dezembro de 2014</u>	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 213 Meses
Financiamentos	3.273	79	286	255	259	248	2.146

15 Debêntures

<u>Linha de crédito</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros médios a.a. (%)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Debêntures	CDI	16,18	2016 a 2024	214.114	183.633
Passivo circulante				3.212	-
Passivo não circulante				210.902	183.633

Em 15 de setembro de 2014 a Companhia emitiu 17.950 debêntures da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 179.500, com amortização semestral a partir de 2016 e vencimento final em 2024, incidência de juros de 100% do CDI ao ano na base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa anual de 3% ao ano nos dois primeiros anos de vigência e de 4% ao ano pelo prazo remanescente. As garantias das

debêntures consistem no penhor de ações e de qualquer forma de remuneração paga aos acionistas e a cessão fiduciária de direitos emergentes do contrato de concessão pública. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, de mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 19.

As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

<u>31 de dezembro de 2015</u>	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 105 Meses
Debêntures	214.114	3.212	6.423	12.847	20.341	23.552	147.739

<u>31 de dezembro de 2014</u>	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 117 Meses
Debêntures	183.633	-	2.753	5.508	11.018	17.446	146.908

Quebra e reestabelecimentos de cumprimento de cláusulas contratuais (covenants)

A Galvão Participações S/A. (em recuperação judicial), interveniente anuente de debêntures emitidas pela controlada CAB Cuiabá S/A - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, não cumpriu as obrigações financeiras previstas nas cláusulas restritivas 6.24, “VII” e “XVII” e 6.24.2 da escritura de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. Em virtude do ocorrido, foi realizada em 01 de abril de 2015, Assembleia Geral de debenturistas que deliberou pela não decretação do vencimento antecipado pelo prazo de 90 dias, posteriormente prorrogado por 90 dias adicionais na Assembleia Geral realizada em 01 de julho de 2015, sendo concedido o *waiver* definitivo a partir de 01 de outubro de 2015 em deliberação da Assembleia Geral realizada em 22 de outubro de 2015.

16 Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos e registrou em 31 de dezembro de 2015 provisões no valor de R\$ 2.338 (R\$ 1.215 em 31 de dezembro de 2014).

	Cíveis e trabalhistas	
	2015	2014
Saldo inicial	1.215	234
Adições	1.173	1.198
Reversões	(50)	(217)
Saldo final	2.338	1.215

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 20.979 (R\$ 12.420 em 31 de dezembro de 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17 (Passivo a descoberto) / patrimônio líquido

a. Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 está representado por 55.035.015 ações ordinárias nominativas (idêntico em 31 de dezembro de 2014), pertencentes ao seguinte acionista:

	Em % de participação	
	2015	2014
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	80%	80%
PCT Participações Ltda.	20%	20%
Total	100%	100%

b. Natureza e propósito das reservas

- *Reserva legal*
É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- *Reserva de retenção de lucros*
É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para manutenção/melhoria do sistema de tratamento e abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme determinado em assembleia geral ordinária e extraordinária.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser no mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o BNDES e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos acima do limite mínimo legal ou juros sobre o capital próprio até o término do prazo de execução e conclusão do projeto financiado determinado para 2016. A partir do ano civil seguinte, poderá haver a distribuição dos referidos recursos, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida estipulado; e
- Adimplemento no cumprimento de todas as obrigações assumidas.

18 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

**CAB Cuiabá S/A - Concessionária de
Serviços Públicos de Água e Esgoto**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	2014
Total do passivo	475.787	437.149
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.495)	(7.894)
(=) Passivo líquido (A)	469.292	429.255
Total do patrimônio líquido (B)	(2.743)	23.210
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	(171,09)	18,49

19 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2015								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	489	-	-	489	-	489	-	489
Outros investimentos	450	-	-	450	-	450	-	450
Depósitos bancários vinculados	3.056	-	-	3.056	-	3.056	-	3.056
Total	3.995	-	-	3.995	-	3.995	-	3.995
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.006	-	6.006				
Contas a receber e outros recebíveis	-	39.203	-	39.203				
Total	-	45.209	-	45.209				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	228.530	228.530	-	228.530	-	228.530
Debêntures	-	-	214.114	214.114	-	243.076	-	243.076
Total	-	-	442.644	442.644	-	471.606	-	471.606
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	29.356	29.356				

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2014								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	5.435	-	-	5.435	-	5.435	-	5.435
Outros investimentos	40.619	-	-	40.619	-	40.619	-	40.619
Depósitos bancários vinculados	1.480	-	-	1.480	-	1.480	-	1.480
Total	47.534	-	-	47.534	-	47.534	-	47.534
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.459	-	2.459				
Contas a receber e outros recebíveis	-	40.684	-	40.684				
Total	-	43.143	-	43.143				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	211.298	211.298	-	211.298	-	211.298
Debêntures	-	-	183.633	183.633	-	221.004	-	221.004
Total	-	-	394.931	394.931	-	432.302	-	432.302
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	40.187	40.187				

(*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

O valor justo dos demais passivos financeiros determinados para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2015.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas, são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador do risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.495	7.894
Outros investimentos	9	450	40.619
Depósitos bancários vinculados		3.056	1.480
Contas a receber e outros recebíveis (*)	10	<u>38.052</u>	<u>39.116</u>
Total		<u><u>48.053</u></u>	<u><u>89.109</u></u>
Ativo circulante		48.053	86.609
Ativo não circulante		-	2.500

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações financeiras foram as seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	17.462	15.984
Vencidos de 1 a 30 dias	6.214	5.461
Vencidos de 31 a 90 dias	4.653	3.648
Vencidos de 91 a 120 dias	1.495	1.351
Vencidos de 121 a 180 dias	2.461	2.282
Vencidos de 181 a 360 dias	6.634	5.312
Vencidos acima de 360 dias	<u>22.240</u>	<u>14.827</u>
Total	<u><u>61.159</u></u>	<u><u>48.865</u></u>

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

**CAB Cuiabá S/A - Concessionária de
Serviços Públicos de Água e Esgoto**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Saldo em 1º de janeiro de 2014	8.645
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	15.576
Valores baixados	<u>(7.893)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.328
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	17.839
Valores baixados	<u>(10.229)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>23.938</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é relacionada a vários clientes usuários dos serviços prestados de água e esgoto.

A composição da provisão por perdas ao valor recuperável conforme critério de estimativa é a seguinte:

	<u>2015</u>
Provisão de títulos vencidos acima de 360 dias e renegociados (*)	22.240
Provisão sobre títulos vencidos até 360 dias (**)	<u>1.698</u>
Total	<u>23.938</u>

(*) títulos vencidos acima de 360 dias e renegociados não recebidos são considerados 100% na provisão; e

(**) percentual médio de perdas estimado sobre cada categoria que compõe o contas a receber vencido até 360 dias, sendo residencial 8,01%, comercial e industrial 8,60% e órgãos públicos 0,06%, extraídos de estudo realizado com dados históricos da Companhia.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	13	29.054	40.017
Empréstimos e financiamentos (**)	14	228.530	211.298
Debêntures	15	<u>214.114</u>	<u>183.633</u>
Total		<u>471.698</u>	<u>434.948</u>
Passivo circulante		48.489	44.839
Passivo não circulante		423.209	390.109

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

(**) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 201 Meses
Finame	3.913	1.122	1.122	1.055	614	-	-
BNDES - partes relacionadas	217.450	7.934	11.509	13.679	13.679	13.679	156.970
Conta corrente - partes relacionadas	7.167	7.167	-	-	-	-	-

31 de dezembro de 2014	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 213 Meses
Finame	4.834	1.071	1.075	1.080	1.013	595	-
BNDES - partes relacionadas	203.204	418	1.043	11.000	13.202	13.263	164.278
Conta corrente - partes relacionadas	3.260	3.260	-	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou no valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI e a TJLP.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2015	2014
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	8	489	5.435
Outros investimentos	9	450	40.619
Depósitos bancários vinculados		3.056	1.480
Partes relacionadas - empréstimos a receber	10	-	2.500
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	14	217.450	203.204
Debêntures	15	214.114	183.633

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2015	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	489	CDI	10,25	50	12,81	63	15,37	75
Outros investimentos	450	CDI	9,77	44	12,22	55	14,66	66
Depósitos bancários vinculados	3.056	CDI	12,90	394	16,13	493	19,36	592
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(217.450)	TJLP	9,76	(21.223)	12,20	(26.529)	14,64	(31.835)
Debêntures	(214.114)	CDI	16,03	(34.322)	20,04	(42.903)	24,05	(51.484)
Impacto no resultado e patrimônio líquido	(427.569)			(55.057)		(68.821)		(82.586)
Impacto no resultado do período apresentado						(13.764)		(27.529)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2015	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	489	CDI	10,25	50	7,69	38	5,12	25
Outros investimentos	450	CDI	9,77	44	7,33	33	4,89	22
Depósitos bancários vinculados	3.056	CDI	12,90	394	9,68	295	6,45	198
Passivos financeiros								
BNDES - partes relacionadas	(217.450)	TJLP	9,76	(21.223)	7,32	(15.917)	4,88	(10.612)
Debêntures	(214.114)	CDI	16,03	(34.322)	12,02	(25.742)	8,02	(17.161)
Total dos ativos e passivos financeiros	(427.569)			(55.057)		(41.293)		(27.528)
Impacto no resultado do período apresentado						13.764		27.529

Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da CETIP e a TJLP foi extraída da Receita Federal na data-base do último dia útil de dezembro de 2015.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social						
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	33.335	17.395	-	-	15.940	11.180
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	3.510	6	-	(3.516)	571
Custo de transação de empréstimos	-	-	1.619	1.728	109	(1.065)
Contas a receber e imobilizado - líquidos - contratos de concessão	-	-	1.810	1.450	(360)	(614)
Direitos a faturar	-	-	1.737	2.170	433	(40)
Provisão para contingências	795	413	-	-	382	333
Outras provisões	-	-	-	-	-	(888)
	34.130	21.318	5.172	5.348	12.988	9.477
Compensação (*)	(5.172)	(5.348)	(5.172)	(5.348)	-	-
Total líquido	28.958	15.970	-	-	12.988	9.477

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.
- (*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação da taxa efetiva	2015	2014
Resultado do exercício antes dos impostos	(38.941)	(28.424)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito com imposto à alíquota nominal	13.240	9.664
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(237)	(177)
Outras	(15)	(10)
Imposto diferido	<u>12.988</u>	<u>9.477</u>
Alíquota efetiva	(33%)	(33%)

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

21 Receita operacional líquida

	2015	2014
Saneamento	170.814	148.736
Construção	54.787	81.561
Serviços	11.104	3.509
Abatimentos e cancelamentos	(19.269)	(13.440)
Impostos sobre serviços	(15.407)	(13.016)
Total	<u>202.029</u>	<u>207.350</u>

22 Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2015	2014
Custos de construção	(53.612)	(79.708)
Materiais diretos	(35.956)	(30.142)
Depreciação e amortização	(18.197)	(10.887)
Custos com pessoal	(16.137)	(13.621)
Materiais indiretos	(15.537)	(13.754)
Crédito de Pis e Cofins	761	3.994
Total	(138.678)	(144.118)

Despesas comerciais	2015	2014
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.610)	(7.683)
Outras despesas comerciais	(5.739)	(5.986)
Depreciação e amortização	(3.107)	(1.943)
Despesa com pessoal	(2.227)	(3.400)
Total	(18.683)	(19.012)

Despesas administrativas e gerais	2015	2014
Serviços contratados	(13.156)	(14.230)
Despesas com pessoal	(10.193)	(8.183)
Outras despesas	(4.651)	(5.335)
Depreciação e amortização	(3.689)	(4.509)
Total	(31.689)	(32.257)

23 Despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2015	2014
Juros sobre contas a receber de cliente	6.102	3.740
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos vinculados	1.080	1.528
Descontos obtidos	338	65
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	17	-
Total	7.537	5.333

Despesas financeiras	2015	2014
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(56.339)	(29.147)
Repasso de custos financeiros compartilhados	-	(9.556)
Comissões e despesas bancárias	(1.863)	(2.161)
Despesas de operações com partes relacionadas	-	(1.798)
Outras despesas financeiras	(1.086)	(3.080)
Total	(59.288)	(45.742)

Despesas financeiras líquidas	(51.751)	(40.409)
--------------------------------------	-----------------	-----------------

24 Partes relacionadas

a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados nas rubricas “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas e gerais”.

Remuneração de pessoal chave da Administração compreende:

	2015	2014
Remuneração da diretoria	2.073	1.685
Remuneração variável	682	929
Benefícios diretos e indiretos	176	161
Total	2.931	2.775

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Circulante						
Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 13)	(Nota 13)		
Galvão Engenharia S/A. (em recuperação judicial)						
- Contrato particular de construção	(a)	-	2.460	-	(27.546)	(11.214)
- Antecipação do contrato particular de construção	(a)	3.922	-	-	-	-
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(b)	42	-	311	(300)	(3.047)
Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental						
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	448	486	(5.551)	(4.568)
- Repasse de custos financeiros compartilhados	(d)	-	9.556	9.556	-	(9.556)
PCT Participações Ltda.						
- Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	-	(1.447)	-
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(e)	153	115	456	72	93
Total	195	4.079	12.920	10.425	(34.751)	(27.905)
Em empréstimos e financiamentos			(Nota 14)	(Nota 14)		
Conta corrente	(f)	-	7.167	3.260	-	-
Financiamento - BNDES	(g)	-	7.934	418	(25.673)	(3.646)
Total	-	-	15.101	3.678	(25.673)	(3.646)
Não circulante						
Em clientes e outras contas a receber e em empréstimos e financiamentos	(Nota 10)	(Nota 10)	(Nota 14)	(Nota 14)		
Empréstimos	(h)	2.500	-	-	-	(1.798)
Financiamento - BNDES	(g)	-	209.516	202.786	-	-
Total	-	2.500	209.516	202.786	-	(1.798)

- (a) Refere-se ao contrato particular de engenharia, construção das obras civis, fornecimento e montagem entre a Companhia e a Galvao Engenharia S/A. (em recuperação judicial). O valor global do contrato totaliza R\$ 492.605. Em 31 de dezembro de 2015 o montante acumulado do período contabilizado por meio de medição de contrato físico e financeiro é de R\$ 27.546 registrados como custo dos contratos de construção. Este contrato está em processo de formalização de rescisão.
- (b) Refere-se a repasse de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (c) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e suas acionistas com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2015, o prazo remanescente é de 27 anos e as parcelas mensais a serem pagas equivalem a 5% da receita.
- (d) Refere-se ao repasse de compartilhamento de despesas com encargos financeiros entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, incidentes sobre os empréstimos pontes tomados com instituições financeiras.
- (e) Repasse com gastos alocados temporariamente entre as partes relacionadas para prestação de serviços administrativos (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiros), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (f) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Companhia e sua controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos e obrigações recíprocas, podendo a qualquer momento o numerário ser exigido e restituído imediatamente.
- (g) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 14.
- (h) Refere-se a empréstimo firmado entre Companhia e empresas do grupo, com incidência de juros de 120% do CDI ao ano e vencimento em 2016.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2015	2014
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	117.899	119.479
Seguro garantia	29.589	30.609
Responsabilidade civil	15.000	15.000
Total	162.488	165.088

26 Compromissos

a. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da arrecadação efetivamente obtida.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 7.600 (R\$ 6.237 em 31 de dezembro de 2014) referente ao direito de outorga variável.

b. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2015 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

c. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

27 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

* * *

Composição da Diretoria

Presidente do Grupo
Otávio Ferreira da Silveira

Diretoria
Antonio Carlos Ribas Dallalana
Celso Lino Paschoal Junior
Luis Afonso Migliani Bazzo

Conselheiros
Antonio Otávio Peixoto
Eduardo Carlos Torzecki
Otávio Ferreira da Silveira

Contador
Adriano Marotte de Paula
CRC/MT nº SP-268415/O-2